

## SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- PE

**Estudo Técnico Preliminar 5/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 08400.010649/2025-02

**2. Objetivo**

*Imagem 1: matéria do G1 sobre transferência de competências na fiscalização dos CACs*

**2.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar e justificar a necessidade de contratação de serviços de digitação, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados a assegurar a continuidade das atividades administrativas essenciais à Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco – SR/PF/PE, especialmente aquelas relacionadas ao processamento, análise, organização e registro de informações sensíveis vinculadas ao controle de armamentos, conforme atribuições estabelecidas no Decreto nº 11.615/2023.

**2.2.** A contratação busca garantir suporte operacional às unidades responsáveis pelo controle e pela gestão de processos administrativos relacionados às atividades de fiscalização, registro e acompanhamento de armas de fogo, bem como às demandas envolvendo os Caçadores, Atiradores e Colecionadores – CACs. Tais atividades exigem elevado volume de alimentação e tratamento de dados em sistemas institucionais, demandando mão de obra dedicada, com foco em celeridade, precisão e confiabilidade no tratamento das informações.

**2.3.** O estudo também tem como finalidade subsidiar o planejamento da contratação sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, avaliando a solução mais adequada para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços administrativos de suporte às atividades finalísticas da Polícia Federal, observando os princípios da economicidade, da eficiência, da continuidade do serviço público e da adequada gestão de recursos públicos.

**2.4.** Ademais, o presente Estudo Técnico Preliminar substitui e aprimora o estudo anteriormente elaborado para fundamentar a contratação emergencial atualmente vigente, passando a estruturar a solução definitiva por meio de processo licitatório regular, devidamente planejado e aderente às diretrizes normativas aplicáveis às contratações públicas.

**2.5.** A contratação ora analisada pretende estabelecer solução contratual com vigência inicial de 12 (doze) meses, admitida prorrogação sucessiva, na forma da legislação aplicável aos serviços continuados, assegurando estabilidade operacional e previsibilidade administrativa para a execução das atividades relacionadas ao controle de armamentos e à gestão das demandas dos CACs no âmbito da SR/PF/PE.

**2.6.** Assim, o presente ETP visa demonstrar a viabilidade técnica e administrativa da contratação, bem como orientar a elaboração do Termo de Referência e dos demais instrumentos do processo licitatório, garantindo que a solução adotada seja compatível com as necessidades institucionais, com a realidade operacional da unidade e com as exigências legais que regem a contratação pública.

### 3. Considerações Preliminares

3.1. A necessidade de contratação dos serviços de digitação decorre da ampliação das competências institucionais atribuídas à Polícia Federal, especialmente após a publicação do Decreto nº 11.615/2023, que promoveu a transferência, anteriormente exercida pelo Exército Brasileiro, das atribuições relacionadas ao controle, registro e fiscalização de armas de fogo e das atividades de Caçadores, Atiradores e Colecionadores – CACs. Essa alteração normativa provocou significativo aumento da demanda por atividades administrativas de suporte, notadamente aquelas relacionadas à alimentação de sistemas informatizados, conferência documental e tramitação de processos administrativos vinculados ao controle de armamentos.

3.2. A execução dessas atividades possui caráter predominantemente operacional e instrumental, exigindo elevado volume de processamento de dados e tratamento de informações sensíveis, o que demanda mão de obra dedicada para garantir a regularidade, celeridade e precisão na gestão dos processos administrativos. Considerando a inexistência de cargos efetivos compatíveis na estrutura da Administração Pública Federal para o desempenho dessas funções, a execução indireta mediante contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa administrativa e juridicamente adequada.

3.3. No âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco – SR/PF/PE, os serviços vinham sendo executados inicialmente por meio de contratação decorrente do Pregão Eletrônico nº 90014/2024 – DITEC/PF, que estruturou a prestação desses serviços no contexto da implementação das novas atribuições institucionais da Polícia Federal. Posteriormente, em razão da rescisão contratual motivada pela inexecução da empresa contratada, foi necessária a realização de contratação emergencial, formalizada por meio da Dispensa de Licitação nº 90009/2025 – SR/PF/PE, com o objetivo de evitar a interrupção dos serviços.

3.4. Considerando o caráter temporário da contratação emergencial atualmente vigente e a manifestação da empresa contratada quanto ao desinteresse em sua prorrogação, torna-se imprescindível a realização de processo licitatório regular, devidamente planejado e estruturado, a fim de assegurar a continuidade da prestação dos serviços e garantir maior estabilidade operacional às atividades administrativas da SR/PF/PE.

3.5. Nesse contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade consolidar os elementos necessários ao planejamento da contratação definitiva, analisando a viabilidade técnica da solução, os requisitos operacionais e os parâmetros que orientarão a elaboração do Termo de Referência e a condução do processo licitatório, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis às contratações públicas.

### 4. Normativos Legais

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública.

**Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022** - Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, tratando da atuação do agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestor e fiscal do contrato.

**Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022** - Dispõe sobre as regras e diretrizes para contratação de serviços sob execução indireta, com base na Lei nº 14.133/2021.

**Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022** - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência (TR) e uso do Sistema TR Digital.

**Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e uso do Sistema ETP Digital.

**Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022** - Dispõe sobre licitação pelo critério de menor preço ou maior desconto na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal.

**Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021** - Regulamenta a pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

**Portaria MJSP nº 449, de 18 de maio de 2021** - Regulamenta, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a realização de pesquisa de preços com base nos parâmetros da antiga IN nº 73/2020 (revogada, mas a Portaria ainda vigente no âmbito do MJSP).

**Decreto nº 11.462, de 30 de março de 2023** - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito da Administração Pública Federal sob a Lei nº 14.133/2021.

**Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018** - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

**Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 (SEGES/MPDG)** - Regulamenta procedimentos para contratação de serviços sob o regime de execução indireta — aplicável de forma complementar, especialmente para cálculo de custos com mão de obra.

**Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 (SLTI/MPOG)** - Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas.

**Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012** - Estabelece diretrizes e critérios para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.

**Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte — tratamento diferenciado nas contratações públicas.

**Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998** - Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

**Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023** – Regulamenta a Lei nº 10.826/2003 e estabelece normas sobre aquisição, cadastro, registro, porte, trânsito e comercialização de armas de fogo e munições. Define competências da Polícia Federal e vincula diretamente os serviços de controle de armamentos.

## 5. Análise das Contratações Anteriores

5.1. A prestação dos serviços de digitação no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco – SR/PF/PE possui histórico recente, estando diretamente relacionada à ampliação das atribuições institucionais da Polícia Federal decorrente da publicação do Decreto nº 11.615/2023, que transferiu do Exército Brasileiro para esta instituição a responsabilidade pelo controle, registro e fiscalização das atividades de Caçadores, Atiradores e Colecionadores – CACs.

5.2. Inicialmente, a execução desses serviços ocorreu por meio da adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 90014/2024 – DITEC/PF, a qual estruturou, em âmbito nacional, a implantação dos postos de trabalho de digitadores destinados ao suporte administrativo às atividades de controle de armamentos. Tal contratação permitiu o início da estruturação operacional necessária para atender às novas competências atribuídas à Polícia Federal.

5.3. Posteriormente, em razão da rescisão contratual motivada pela inexecução da empresa contratada, tornou-se necessária a realização de contratação emergencial, formalizada por meio da Dispensa de Licitação nº 90009/2025 – SR/PF/PE, com o objetivo de evitar a descontinuidade da prestação dos serviços e preservar a regularidade das atividades administrativas relacionadas ao processamento das demandas vinculadas aos CACs.

5.4. A experiência obtida durante a execução dessas contratações permitiu avaliar o comportamento da demanda e a adequação dos quantitativos inicialmente estabelecidos. A análise operacional indica que os quantitativos anteriormente adotados mostraram-se compatíveis com o volume de atividades desenvolvidas pelas unidades da SR/PF/PE, sendo suficientes para absorver o fluxo crescente de processos administrativos relacionados ao controle de armamentos.

5.5. Dessa forma, para fins da presente contratação, entende-se que os quantitativos anteriormente utilizados permanecem adequados como referência para o planejamento da nova licitação, podendo sofrer eventuais ajustes decorrentes da atualização das necessidades operacionais e da validação da capacidade técnica e administrativa das unidades envolvidas na execução das atividades.

## 6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/PE	EDUARDO FRAGA DO AMARAL E SILVA

## 7. Descrição da necessidade

7.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de digitação, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados a assegurar a continuidade de atividades administrativas essenciais à Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco – SR/PF/PE, especialmente aquelas relacionadas ao processamento, organização e registro de dados vinculados ao controle de armamentos.

7.2. A necessidade da contratação decorre diretamente da ampliação das competências legais atribuídas à Polícia Federal após a publicação do Decreto nº 11.615/2023, que transferiu do Exército Brasileiro para esta instituição a responsabilidade pelos processos de controle, cadastro, registro, apostilamento, revalidação e fiscalização das atividades exercidas por Caçadores, Atiradores e Colecionadores – CACs. Essa alteração normativa resultou em significativo aumento da demanda por atividades administrativas relacionadas ao processamento de documentos, análise de informações e alimentação de sistemas informatizados institucionais.

7.3. As atividades relacionadas à gestão dos processos envolvendo CACs demandam tratamento contínuo e tempestivo de dados, sendo indispensável a correta inserção e atualização de informações em sistemas corporativos utilizados para o controle de armamentos. Entre os procedimentos administrativos envolvidos destacam-se, entre outros: concessão e revalidação de registros, apostilamentos, emissão de guias de tráfego, autorizações de importação (CII), atualizações cadastrais, verificações de acervo e instrução de processos administrativos diversos. O elevado volume dessas atividades exige capacidade operacional adequada para assegurar a regularidade e a eficiência do fluxo de trabalho institucional.

7.4. Cumpre destacar que o cargo de Digitador foi extinto da estrutura da Administração Pública Federal, inexistindo quadro funcional próprio apto a absorver a demanda gerada pelas novas atribuições institucionais. Além disso, os servidores das carreiras policial e administrativa desempenham funções típicas de maior complexidade e responsabilidade, não sendo adequado redirecioná-los para atividades meramente instrumentais, sob pena de comprometer a execução das atividades finalísticas da instituição.

7.5. Nesse contexto, a execução indireta das atividades de digitação, mediante contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra, apresenta-se como solução juridicamente admissível e operacionalmente adequada, estando alinhada às disposições do Decreto nº 9.507/2018, que autoriza a terceirização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares no âmbito da Administração Pública Federal.

7.6. A experiência recente decorrente da execução do contrato emergencial evidenciou que os serviços de digitação constituem elemento essencial para a manutenção do fluxo regular de trabalho das unidades da SR/PF/PE, especialmente no âmbito da Delegacia de Controle de Armas (DELEAQ). A interrupção ou redução da capacidade operacional desses serviços pode ocasionar represamento de demandas, atrasos na tramitação de processos administrativos e aumento do risco de descumprimento de prazos legais, impactando negativamente a eficiência dos mecanismos de controle de armamentos.

7.7. No planejamento anterior, a adoção de postos de trabalho de Digitador (CBO 4121-10) foi objeto de análise técnica comparativa, tendo sido identificada como a solução mais adequada sob a perspectiva de custo-benefício, considerando a natureza das atividades a serem desempenhadas, o grau de especialização exigido e a necessidade de produtividade no tratamento de dados sensíveis. Alternativas como a utilização de auxiliares administrativos ou outras funções correlatas foram avaliadas e descartadas por não atenderem satisfatoriamente às exigências de precisão e volume das atividades envolvidas.

7.8. Ademais, a utilização de mão de obra terceirizada dedicada permite que os servidores efetivos concentrem suas atividades em funções estratégicas e de maior complexidade institucional, tais como análise técnica de processos, gestão administrativa, atividades investigativas e atendimento especializado ao público, contribuindo para a melhoria da eficiência organizacional e para a adequada utilização dos recursos humanos disponíveis.

7.9. Diante desse cenário, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se indispensável para assegurar a continuidade, regularidade e eficiência das atividades administrativas relacionadas ao controle de armamentos no âmbito da SR/PF/PE, constituindo medida necessária para garantir o adequado cumprimento das competências institucionais atribuídas à Polícia Federal.

## PF se prepara para fazer pente-fino nos registros de 1,5 milhão de armas que vencerão em 2026

Novo sistema será lançado no início do próximo ano para agilizar a verificação das informações repassadas por CACs

23/12/2025 03h30 · Atualizado há 3 meses



**Imagem 2:** Matéria do Jornal O Globo sobre a mobilização para controle da atividade

## **8. Descrição dos Requisitos da Contratação**

### **8.1. Natureza da contratação**

8.1.1. Os serviços objeto da presente contratação consistem na prestação de serviços de digitação, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao apoio administrativo às atividades de processamento, organização e inserção de dados em sistemas institucionais utilizados no controle de armamentos e na gestão das demandas relacionadas aos Caçadores, Atiradores e Colecionadores – CACs, no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco – SR/PF/PE.

8.1.2. Tais serviços possuem natureza continuada, uma vez que sua interrupção comprometeria o funcionamento regular das atividades administrativas vinculadas ao controle de armamentos, prejudicando a tramitação de processos e o atendimento das atribuições institucionais da Polícia Federal.

8.1.3. Os serviços enquadram-se como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo amplamente ofertados por empresas especializadas.

8.1.4. A execução indireta das atividades é juridicamente admissível, nos termos do Decreto nº 9.507/2018, por se tratar de atividades de caráter acessório, instrumental e complementar às competências institucionais da Administração Pública, não abrangidas pelas atribuições típicas das carreiras da Polícia Federal.

### **8.2. Regime de execução**

8.2.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer mediante dedicação exclusiva de mão de obra, considerando que:

- as atividades exigem presença física contínua nas dependências da Administração;
- há necessidade de observância de rotinas administrativas e utilização de sistemas institucionais internos;
- os serviços demandam controle direto da execução por parte da Administração;
- as tarefas possuem caráter contínuo e recorrente.

8.2.2. A contratação deverá ocorrer por meio de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, responsável pela gestão da mão de obra e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos empregados alocados na execução contratual.

### **8.3. Requisitos operacionais da prestação dos serviços**

8.3.1. Os profissionais contratados deverão possuir qualificação compatível com as atividades de digitação e tratamento de informações administrativas, demonstrando capacidade para execução das tarefas com precisão, confiabilidade e produtividade.

8.3.2. As atividades a serem desempenhadas incluem, entre outras:

- digitação e inserção de dados em sistemas institucionais;
- conferência e organização de documentos administrativos;
- atualização de registros e cadastros;
- apoio na tramitação de processos administrativos;
- organização e tratamento de informações necessárias à instrução de procedimentos relacionados ao controle de armamentos.

8.3.3. A execução dos serviços deverá observar padrões de qualidade e produtividade compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas, garantindo a integridade das informações tratadas e a confidencialidade dos dados institucionais.

### **8.4. Sustentabilidade**

8.4.1. A contratação deverá observar diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas na legislação aplicável às contratações públicas, em especial aquelas relacionadas ao uso racional de recursos naturais, à redução de desperdícios e à promoção de boas práticas socioambientais.

8.4.2. Nos termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e das diretrizes previstas na Lei nº 14.133/2021, sempre que possível deverão ser incorporadas práticas que promovam o consumo consciente de recursos durante a execução contratual.

8.4.3. Nesse sentido, a contratada deverá promover ações de conscientização e capacitação de seus empregados quanto ao uso racional de recursos, especialmente no que se refere ao consumo de:

- energia elétrica;
- água;
- papel e materiais de expediente.

8.4.4. Recomenda-se ainda que a contratada promova, ao menos uma capacitação anual voltada à disseminação de boas práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental entre os profissionais envolvidos na execução contratual.

8.4.5. Tais medidas estão alinhadas às diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Plano Diretor de Logística Sustentável da Polícia Federal, especialmente nos eixos relacionados à conscientização do efetivo, racionalização do uso de recursos e promoção de práticas sustentáveis no ambiente institucional.

## **8.5. Transição contratual**

8.5.1. Considerando a natureza dos serviços e a simplicidade operacional das atividades desempenhadas, não se vislumbra necessidade de transição contratual estruturada, sendo possível a substituição da empresa prestadora sem prejuízo à continuidade das atividades, desde que observados os prazos contratuais e as condições previstas no instrumento convocatório.

## **9. Descrição dos Serviços**

**9.1.** A prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no período diurno, entre 07h e 19h, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas.

**9.2.** O presente estudo teve como base a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de Pernambuco, CNPJ nº 10.579.332/0001-26, e o Sindicato das Empresas de Processamento de Dados do Estado de Pernambuco, CNPJ nº 24.129.124/0001-30.

**9.3.** A prestação dos serviços objeto deste processo, considerando a descrição do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) e as necessidades da contratante, compreenderá as seguintes tarefas básicas.

### **9.3.1. Atribuições**

**9.3.1.1.** Os profissionais colaborarão, sem poder decisório, com os sistemas e setores da Polícia Federal envolvidos no controle de armas de fogo, atuando exclusivamente em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, sempre sob a supervisão de servidor público efetivo.

**9.3.1.2.** Os digitadores serão responsáveis pela inclusão das demandas dos usuários externos no sistema da Polícia Federal, nos processos referentes às atividades de Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs), especialmente nas seguintes demandas:

- atualização de documento de identificação pessoal;
- atualização de tipo de PCE;
- atualização de endereço de acervo;
- inclusão de segundo endereço de acervo;
- autorização para aquisição de PCE no mercado nacional;
- autorização para aquisição de PCE por importação (CII);
- cancelamento de Certificado de Registro;
- concessão de Registro – CAC;
- emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC;
- instituição de procurador para pessoa física;
- registro e apostilamento de armas de CAC;
- revalidação de registro para pessoa física;
- emissão de segunda via do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF);
- revalidação do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF);
- autorização para aquisição de PCE no mercado nacional – munição além do previsto.

### **9.4. Do Perfil Profissional Exigido – CBO 4121-10 (Digitador)**

**9.4.1.** O profissional a ser contratado deverá exercer a função de Digitador, conforme estabelecido na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 4121-10.

**9.4.2.** As atividades abrangem a organização da rotina de serviços, execução de entrada e transmissão de dados, operação de equipamentos de digitação e registro de informações, com atendimento às demandas internas e externas, sempre sob supervisão de servidor da Polícia Federal.

**9.4.3.** Para o exercício da função, exige-se:

- a) escolaridade de nível médio completo;
- b) curso básico de profissionalização com carga mínima de 200 (duzentas) horas;
- c) experiência mínima de 6 (seis) meses na função.

**9.4.4.** Os digitadores atuarão em regime celetista (CLT), sem vínculo empregatício com a Administração Pública, e desempenharão suas atividades em ambiente administrativo interno da unidade da Polícia Federal, podendo ocorrer rodízio de turnos conforme necessidade operacional da contratante.

## **10. Levantamento de Mercado**

### **10.1 Objetivo do levantamento**

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, bem como verificar o grau de maturidade, competitividade e capacidade de oferta do mercado para a prestação dos serviços de digitação objeto desta contratação.

Para esse fim, foram consultadas fontes oficiais de compras públicas, especialmente o Painel de Compras do Governo Federal, a Consulta Detalhada de Compras Públicas, a ferramenta Pesquisa de Preços do Compras.gov.br, além de editais e termos de referência de contratações análogas promovidas por órgãos da Administração Pública Federal.

Tais instrumentos permitem identificar padrões de contratação, valores praticados, número de fornecedores participantes e condições de execução adotadas pela Administração.

### **10.2 Caracterização do mercado fornecedor**

A prospecção realizada demonstrou que o objeto da contratação se insere no segmento de serviços terceirizados de apoio administrativo, mercado amplamente desenvolvido no país e caracterizado pela presença de grande número de empresas especializadas na gestão de mão de obra terceirizada.

Em termos práticos, trata-se de um mercado com as seguintes características:

- elevada pulverização de fornecedores
- baixa diferenciação tecnológica do serviço
- ampla disponibilidade de mão de obra
- facilidade de entrada de novos agentes econômicos

Essas características aproximam o segmento de um ambiente de concorrência ampla, favorecendo a realização de licitações com elevada competitividade.

Verificou-se ainda que não apenas empresas voltadas especificamente à atividade de digitação podem executar o objeto, mas também empresas que atuam de forma mais ampla na prestação de:

- serviços de apoio administrativo
- facilities
- terceirização de mão de obra

desde que possuam capacidade operacional para alocar profissionais com o perfil exigido.

Isso amplia significativamente o universo de potenciais licitantes

### **10.3 Dimensão e crescimento do setor**

Estudos setoriais indicam que o mercado brasileiro de outsourcing e terceirização de serviços apresenta crescimento contínuo.

Estimativas indicam que o setor movimentou aproximadamente:

- US\$ 106,8 bilhões em 2024
- podendo alcançar cerca de US\$ 199 bilhões em 2030

Esse crescimento demonstra a expansão da oferta de serviços especializados e o aumento da capacidade operacional das empresas do setor.

No segmento específico de facility management e serviços operacionais terceirizados, que engloba atividades como apoio administrativo, digitadores, recepção e serviços auxiliares, estimativas apontam valores de aproximadamente:

- US\$ 52 bilhões em 2025
- US\$ 54,7 bilhões em 2026
- US\$ 68,8 bilhões projetados para 2031

Esse crescimento reflete a estratégia adotada por organizações públicas e privadas de delegar atividades instrumentais a empresas especializadas, concentrando esforços nas atividades finalísticas.

#### **10.4 Participação de empresas em licitações similares**

A análise de licitações públicas semelhantes demonstra participação recorrente de diversas empresas especializadas em serviços terceirizados de apoio administrativo.

No levantamento realizado foram identificadas empresas que participam regularmente de licitações dessa natureza em todo o território nacional, tais como:

- Kadesch Construções e Terceirização de Serviços de Mão de Obra Ltda.
- Ideal Conservação e Limpeza de Prédios Ltda.
- Zelo Locação de Mão de Obra Ltda.
- Fallcon Service Ltda.
- Compacto Agenciamento de Mão de Obra
- J.J Serviços de Terceirização Ltda.
- Norte Xpress Transportes Serviços Ltda.
- Bela Vista – Gestão de Recursos Humanos Ltda.
- Essa Serviços Especializados e Facilities
- Servi-San Manutenção e Conservação Predial Ltda.
- Centro Oeste Serviços Ltda.
- MASF Serviços e Facilities Ltda.
- Edserv Locações e Serviços Ltda.

Nos certames analisados foram observadas 7 e 6 propostas válidas, respectivamente, com desconto médio de aproximadamente 14% em relação ao valor estimado, indicando ambiente concorrencial efetivo.

#### **10.5 Conclusão do levantamento de mercado**

Os dados analisados indicam que o mercado de terceirização administrativa no Brasil é amplo, consolidado e competitivo, havendo grande número de empresas aptas a executar serviços de digitação e apoio administrativo.

Assim, conclui-se que existem condições adequadas para realização de processo licitatório com ampla competição, inexistindo indícios de restrição relevante à participação de fornecedores.

### **11. Análise das Alternativas**

Com base no levantamento de mercado realizado, foram avaliadas três alternativas para atendimento da necessidade administrativa.

#### **11.1 Alternativa 1 – Contratação com dedicação exclusiva de mão de obra (Alternativa escolhida)**

Nesta alternativa, a Administração contrata empresa especializada para disponibilização contínua de profissionais que atuarão nas dependências da instituição, sob supervisão de servidores públicos.

##### **Vantagens**

- Continuidade operacional



- As atividades de digitação relacionadas ao controle de armas são contínuas e dependem de disponibilidade permanente de pessoal para análise e alimentação de sistemas.
- Padronização e controle
- A dedicação exclusiva permite melhor controle da execução dos serviços, treinamento uniforme da equipe e maior previsibilidade da produção administrativa.
- Eficiência administrativa
- Esse modelo é amplamente utilizado pela Administração Pública para execução de atividades instrumentais e acessórias.
- Custo mais previsível
- Os custos são previamente definidos por posto de trabalho, facilitando o planejamento orçamentário.

### 11.2 Alternativa 2 – Contratação sem dedicação exclusiva (por demanda, evento ou produtividade)

Nessa modalidade, os serviços seriam prestados apenas quando demandados, sem alocação permanente de profissionais.

#### Vantagens

- maior flexibilidade contratual
- pagamento condicionado à demanda efetiva

#### Limitações

- Apesar das vantagens teóricas, essa alternativa apresenta limitações relevantes para o caso concreto:
- Imprevisibilidade operacional
- A demanda administrativa ocorre diariamente e depende de fluxo contínuo de atendimento.
- Risco de descontinuidade
- A ausência de profissionais fixos poderia gerar atrasos na tramitação de processos administrativos.
- Maior custo indireto de gestão
- A Administração precisaria realizar sucessivas requisições de serviço, aumentando o custo administrativo da contratação
- Litígios trabalhistas em virtude da caracterização de vínculo, habitualidade.

Por essas razões, essa alternativa foi considerada menos adequada ao atendimento da necessidade institucional

### 11.3 Alternativa 3 – Utilização de servidores do próprio órgão

Outra alternativa analisada seria a execução das atividades por servidores públicos.

Contudo, essa alternativa apresenta limitações relevantes:

- **Extinção do cargo**
- **O cargo de digitador não integra mais os quadros permanentes da Administração Pública Federal, tendo sido progressivamente substituído por outras funções administrativas.**
- **Ineficiência alocativa**
- **Servidores públicos possuem custo remuneratório significativamente superior ao custo da mão de obra terceirizada.**
- **Além disso, a utilização de servidores para atividades repetitivas e sem poder decisório representaria desvio de alocação de recursos humanos, reduzindo a eficiência administrativa.**

### 11.4 Comparativo de custos estimados (5 anos)

Para fins de análise econômica, foi realizada estimativa comparativa de custos considerando valores médios praticados no mercado.

Alternativa	Custo mensal estimado por profissional	Custo anual	Custo em 5 anos
Dedicação exclusiva (terceirizado)	R\$ 5.500	R\$ 66.000	R\$ 330.000
Contratação por demanda	R\$ 7.000	R\$ 84.000	R\$ 420.000
Servidor público	R\$ 11.000	R\$ 132.000	R\$ 660.000

Observa-se que a alternativa de contratação com dedicação exclusiva apresenta:

- menor custo global
- maior previsibilidade orçamentária
- maior estabilidade operacional

### 11.5 Conclusão da análise das alternativas

A análise técnica e econômica demonstra que a contratação com dedicação exclusiva de mão de obra é a alternativa que melhor atende às necessidades da Administração.

Essa solução apresenta:

- maior eficiência operacional
- melhor controle da execução
- menor custo global ao longo do tempo
- ampla aderência ao modelo adotado pela Administração Pública

Dessa forma, conclui-se que a alternativa escolhida representa a solução mais eficiente, econômica e operacionalmente adequada para atendimento da necessidade institucional.

## 11. Descrição da solução como um todo

11.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de digitação, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinada ao apoio das atividades administrativas relacionadas ao controle de armas de fogo no âmbito da Polícia Federal.

11.2. Os serviços serão executados mediante disponibilização de profissionais com perfil compatível com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 4121-10 (Digitador), que atuarão sob supervisão de servidores públicos efetivos, realizando atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições institucionais da Administração.

11.3. A solução contempla a alocação de profissionais responsáveis pela inserção, atualização e conferência de informações nos sistemas institucionais da Polícia Federal, especialmente nos processos administrativos relacionados às atividades de Colecionadores, Atiradores e Caçadores – CACs, no âmbito do Sistema Nacional de Armas – SINARM.

11.4. As atividades compreendem, entre outras tarefas:

- atualização de documentos de identificação pessoal;
- atualização de tipo de PCE;
- atualização de endereço de acervo;
- inclusão de segundo endereço de acervo;
- autorização para aquisição de PCE no mercado nacional;
- autorização para aquisição de PCE por importação (CII);
- cancelamento de Certificado de Registro;
- concessão de registro – CAC;
- emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC;
- instituição de procurador para pessoa física;
- registro e apostilamento de armas de CAC;
- revalidação de registro para pessoa física;
- emissão de segunda via do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF);
- revalidação do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF);
- autorização para aquisição de PCE no mercado nacional – munição além do previsto.

11.5. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, em dias úteis, no período compreendido entre 07h e 19h, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas por profissional, observando as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria profissional.

11.6. Os profissionais atuarão em regime celetista, vinculados à empresa contratada, sem estabelecimento de vínculo empregatício com a Administração Pública, sendo responsáveis pela execução das atividades operacionais necessárias ao processamento das demandas administrativas, sempre sob orientação e supervisão de servidores da Polícia Federal.

11.7. Caberá à empresa contratada realizar a gestão administrativa da mão de obra disponibilizada, incluindo:

- seleção e contratação dos profissionais;
- substituição de empregados em caso de ausência ou desligamento;

- pagamento de salários, encargos trabalhistas e benefícios;
- fornecimento de treinamento inicial compatível com as atividades a serem desempenhadas;
- garantia da continuidade da prestação dos serviços.

11.8. A solução também contempla mecanismos de gestão e fiscalização contratual, a serem exercidos por servidores designados pela Administração, com vistas a assegurar a adequada execução do contrato, a observância das obrigações trabalhistas pela contratada e o atendimento aos níveis de qualidade exigidos.

11.9. O modelo de contratação proposto encontra-se amplamente consolidado na Administração Pública Federal para execução de atividades instrumentais e de apoio administrativo, apresentando elevada eficiência operacional, previsibilidade de custos e ampla disponibilidade de fornecedores no mercado.

11.10. Dessa forma, a solução apresentada permite garantir a continuidade das atividades administrativas relacionadas ao controle de armas, contribuindo para a adequada tramitação dos processos e para o atendimento das demandas institucionais da Polícia Federal, com observância dos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

## 12. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

12.1. A estimativa das quantidades de postos de trabalho necessários para a execução dos serviços foi realizada com base no levantamento técnico previamente desenvolvido no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90014/2024 – DITEC/PF, cuja metodologia de dimensionamento encontra-se descrita no Item 7 do respectivo Estudo Técnico Preliminar.

12.2. O referido levantamento considerou parâmetros objetivos relacionados ao volume de demandas administrativas vinculadas ao controle de armas de fogo e às atividades relacionadas aos Colecionadores, Atiradores e Caçadores – CACs, especialmente após a ampliação das competências da Polícia Federal decorrente da edição do Decreto nº 11.615/2023, que transferiu do Exército Brasileiro para esta instituição a responsabilidade integral pela gestão desses processos.

12.3. A metodologia utilizada para dimensionamento dos postos de digitadores considerou, entre outros fatores:

- I – o histórico de atendimento das unidades da Polícia Federal no Estado de Pernambuco;
- II – o volume médio mensal de processos administrativos relacionados às atividades de controle de armas;
- III – a média de produtividade observada na execução das atividades de digitação e processamento de dados em sistemas institucionais;
- IV – o tempo médio necessário para a análise preliminar, conferência documental e inserção de dados em cada tipo de procedimento administrativo;
- V – a necessidade de garantir regularidade, celeridade e continuidade no fluxo de tramitação dos processos administrativos.

12.4. Também foram considerados dados operacionais referentes ao número de solicitações apresentadas por usuários externos, especialmente nos processos relacionados às atividades dos CACs, os quais envolvem procedimentos como concessão de registros, apostilamentos, revalidações, autorizações de aquisição de produtos controlados, emissão de guias de tráfego e atualizações cadastrais.

12.5. A partir desses parâmetros, foi possível estimar a capacidade média de processamento de demandas por profissional, permitindo projetar o quantitativo necessário de postos de trabalho para absorção da demanda administrativa das unidades da Polícia Federal no Estado de Pernambuco.

12.6. Adicionalmente, o dimensionamento levou em consideração a distribuição geográfica das atividades administrativas no Estado, bem como a necessidade de atendimento descentralizado nas unidades da Polícia Federal situadas nas cidades de Recife, Caruaru e Salgueiro.

12.7. Nesse contexto, foram consideradas as seguintes unidades administrativas atendidas pela presente contratação:

- Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco – SR/PF/PE  
Endereço: Rua do Brum, nº 145, Bairro do Recife – Recife/PE, CEP 50.030-260
- Delegacia de Polícia Federal em Caruaru – DPF/CRU/PE  
Endereço: Av. Dr. Pedro Jordão, nº 532, Maurício de Nassau – Caruaru/PE, CEP 55.012-640
- Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro – DPF/SGO/PE  
Endereço: Rua Carlos Soares de Brito, nº 206, Centro – Salgueiro/PE, CEP 56.000-000

12.8. Com base no levantamento interno realizado pela Equipe de Planejamento da Contratação no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90014/2024 – DITEC /PF, concluiu-se que a estrutura ideal de funcionamento dos serviços de digitação no Estado de Pernambuco demanda a seguinte distribuição de postos de trabalho:

LOTAÇÃO	LOCALIDADE	CBO 4121-10 – DIGITADOR
SR/PF/PE	Recife	12

DPF/CRU/PE	Caruaru	3
DPF/SGO/PE	Salgueiro	3

Total estimado de postos de trabalho: 18 digitadores.

12.9. A maior concentração de postos na unidade da Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (Recife) justifica-se pelo fato de essa unidade concentrar o maior volume de demandas administrativas relacionadas ao controle de armas, bem como por sediar estruturas administrativas responsáveis pela coordenação e processamento de processos oriundos de diversas regiões do Estado.

12.10. Já as unidades descentralizadas situadas nos municípios de Caruaru e Salgueiro desempenham papel relevante na interiorização do atendimento aos usuários e na recepção de demandas administrativas relacionadas às atividades de controle de armas, motivo pelo qual se mostra necessária a disponibilização de postos de trabalho compatíveis com o volume de demandas locais.

12.11. Ressalta-se que os quantitativos definidos mostraram-se adequados durante a execução das contratações anteriores, tanto no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90014/2024 – DITEC/PF quanto na contratação emergencial subsequente, evidenciando capacidade suficiente para absorção da demanda administrativa das unidades atendidas.

12.12. Assim, a manutenção da mesma estrutura de dimensionamento para o presente processo licitatório mostra-se tecnicamente adequada, garantindo continuidade operacional, estabilidade no fluxo de processamento dos processos administrativos e eficiência na execução das atividades relacionadas ao controle de armas de fogo.

12.13. Cumpre destacar, ainda, que a experiência prática decorrente das contratações anteriores reforça a adequação do quantitativo ora estimado. O contrato anteriormente vigente, resultante do Pregão Eletrônico nº 90014/2024 – DITEC/PF, embora tenha sido posteriormente rescindido em razão de problemas relacionados à execução contratual pela empresa contratada, permitiu aferir, durante o período em que esteve em vigor, que o dimensionamento inicialmente estabelecido encontrava-se compatível com o volume de demandas administrativas das unidades atendidas.

12.14. De igual modo, a contratação atualmente vigente, decorrente da Dispensa de Licitação nº 90009/2025 – SR/PF/PE, realizada em caráter emergencial com o objetivo de evitar a descontinuidade dos serviços, tem demonstrado que o quantitativo de postos de trabalho definidos mostra-se adequado para absorver o fluxo de atividades relacionadas ao processamento e registro das demandas administrativas vinculadas ao controle de armas de fogo.

12.15. Dessa forma, tanto a experiência operacional observada no contrato anterior quanto os resultados verificados na execução da contratação emergencial atualmente vigente corroboram que o dimensionamento de 18 (dezoito) postos de digitadores, distribuídos entre as unidades da Polícia Federal em Recife, Caruaru e Salgueiro, encontra-se em consonância com a demanda real de serviços, garantindo a regularidade do fluxo de trabalho e a adequada tramitação dos processos administrativos relacionados às atividades institucionais da Polícia Federal.

### 13. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 5.597.410,28

13.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em planilha de custos e formação de preços estruturada conforme o modelo previsto na Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, aplicável às contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

13.2. Para a composição da estimativa foram considerados os elementos que integram a estrutura de custos da contratação, incluindo remuneração da mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, benefícios previstos em convenção coletiva, insumos necessários à execução dos serviços, custos indiretos e margem de lucro da empresa prestadora.

13.3. A definição dos valores relativos à remuneração da categoria profissional observou os parâmetros estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho vigente para os profissionais da área de processamento de dados e tecnologia da informação no Estado de Pernambuco (CCT 2025/2026), firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de Pernambuco e o sindicato patronal correspondente.

13.4. Além dos parâmetros previstos na convenção coletiva aplicável, a estimativa também considerou benefícios obrigatórios e custos acessórios previstos na legislação trabalhista, tais como vale-transporte, vale-alimentação ou refeição, encargos previdenciários, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, provisões de férias, décimo terceiro salário e demais encargos incidentes sobre a folha de pagamento.

13.5. A elaboração da estimativa também observou os parâmetros definidos no Caderno Técnico de Serviços Terceirizados da Administração Pública Federal, bem como a estrutura de composição de custos utilizada em contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública.

13.6. Para fins de validação da estimativa, foram consultadas bases governamentais de referência, incluindo o Painel de Preços do Governo Federal e informações relativas a contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, permitindo aferir a compatibilidade dos valores estimados com os preços praticados no mercado.

13.7. Adicionalmente, foram analisados dados de contratações recentes relacionadas à prestação de serviços de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, em especial aqueles envolvendo postos de digitadores ou funções equivalentes, com o objetivo de verificar a aderência dos valores estimados às condições reais do mercado.

13.8. A estimativa considerou o quantitativo de 18 (dezoito) postos de trabalho de digitadores, distribuídos entre as unidades da Polícia Federal em Recife, Caruaru e Salgueiro, conforme dimensionamento apresentado no Item 12 deste Estudo Técnico Preliminar.

13.9. Com base nos parâmetros descritos, a estimativa global da contratação foi calculada em R\$ 5.597.410,28 (cinco milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e dez reais e vinte e oito centavos), correspondente ao período inicialmente considerado para fins de planejamento da contratação.

13.10. Ressalta-se que o valor estimado representa referência para a realização do procedimento licitatório, podendo sofrer variações em decorrência da dinâmica concorrencial do certame, observados os princípios da economicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

13.11. Destaca-se, por fim, que a estimativa apresentada encontra-se compatível com os valores praticados em contratações similares no âmbito da Administração Pública Federal, refletindo parâmetros realistas de mercado e garantindo previsibilidade orçamentária para a execução do contrato.

## **14. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

14.1. A presente contratação foi estruturada em item único, contemplando todos os postos de trabalho de digitadores destinados às unidades da Polícia Federal no Estado de Pernambuco, localizadas nas cidades de Recife, Caruaru e Salgueiro.

14.2. A adoção dessa modelagem mostrou-se a alternativa que melhor atende ao interesse público, considerando aspectos técnicos, operacionais, administrativos e econômicos relacionados à gestão contratual e à execução dos serviços.

14.3. Sob o aspecto econômico, a contratação em item único tende a tornar o certame mais atrativo ao mercado, na medida em que contratos de maior vulto financeiro ampliam o interesse de empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo, aumentando a competitividade do processo licitatório e potencializando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

14.4. Além disso, não se verificou ganho de escala ou vantagem econômica decorrente da eventual divisão do objeto em múltiplos itens ou contratos, uma vez que os quantitativos de postos de trabalho previstos para as unidades descentralizadas da Polícia Federal no interior do Estado representam parcela reduzida do objeto global, o que poderia tornar tais itens pouco atrativos para potenciais licitantes.

14.5. Nesse cenário, o parcelamento da contratação poderia resultar na formação de itens de baixo valor econômico, reduzindo a competitividade do certame e aumentando o risco de fracasso ou desinteresse por parte das empresas do setor.

14.6. Sob o aspecto administrativo, a contratação em item único também se mostra mais eficiente, pois evita a necessidade de gerenciamento simultâneo de múltiplos contratos para a execução de serviços de mesma natureza, reduzindo a complexidade da gestão contratual.

14.7. A centralização da execução contratual em um único contrato permite maior eficiência na atuação da fiscalização administrativa e técnica, uma vez que os controles e acompanhamentos serão exercidos sobre uma única empresa contratada, simplificando os procedimentos de gestão, monitoramento e aplicação de eventuais medidas corretivas.

14.8. Da mesma forma, a contratação unificada contribui para a racionalização dos custos administrativos, evitando a multiplicação de atos formais inerentes à gestão de contratos públicos, tais como publicações de extratos contratuais, termos aditivos, apostilamentos, notificações e demais procedimentos administrativos.

14.9. Sob o ponto de vista operacional, a eventual fragmentação da contratação poderia gerar riscos relacionados à descontinuidade ou desarmonia na execução dos serviços, sobretudo em atividades administrativas que demandam padronização de procedimentos, integração de rotinas e uniformidade na prestação dos serviços.

14.10. A presença de múltiplas empresas executando atividades similares em diferentes unidades poderia dificultar a coordenação operacional, aumentar a ocorrência de divergências na execução das rotinas administrativas e ampliar a complexidade da definição de responsabilidades em caso de falhas ou inconsistências na prestação dos serviços.

14.11. Nesse sentido, a adoção de solução integrada de prestação de serviços apresenta vantagens relevantes em termos de gestão e controle, conforme já apontado na literatura especializada sobre gestão pública e contratos administrativos, ao permitir maior harmonia na execução das atividades, maior controle administrativo e redução de custos operacionais.

14.12. Ressalta-se ainda que não haverá prejuízo à competitividade do certame, uma vez que o mercado de prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo caracteriza-se por elevada quantidade de empresas aptas a executar o objeto da contratação, permitindo ampla participação de fornecedores.

14.13. Assim, considerando os aspectos técnicos, administrativos e econômicos analisados, conclui-se que a estruturação da contratação em item único representa a solução mais adequada, garantindo maior eficiência na gestão contratual, maior competitividade no processo licitatório e melhor atendimento às necessidades da Administração.

## **15. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

15.1. No âmbito da presente contratação, não foram identificadas contratações futuras correlatas ou interdependentes cuja execução dependa diretamente da celebração do contrato decorrente deste processo licitatório.

15.2. Cumpre registrar, contudo, que o serviço objeto desta contratação possui relação com contratações anteriores realizadas pela Polícia Federal, destinadas à execução das atividades de apoio administrativo relacionadas ao controle de armas de fogo.

15.3. Inicialmente, a execução desses serviços foi estruturada no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90014/2024 – DITEC/PF, conduzido pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Federal, cujo objeto contemplava a contratação de serviços de apoio administrativo, incluindo postos de digitadores destinados ao atendimento das demandas decorrentes da ampliação das competências institucionais da Polícia Federal relacionadas ao controle de armas.

15.4. Entretanto, em razão de problemas relacionados à execução contratual por parte da empresa contratada, o referido contrato foi posteriormente rescindido, o que tornou necessária a adoção de medidas administrativas para assegurar a continuidade dos serviços.

15.5. Diante desse cenário, foi realizada contratação emergencial por meio da Dispensa de Licitação nº 90009/2025 – SR/PF/PE, com fundamento na necessidade de evitar a descontinuidade das atividades administrativas relacionadas ao processamento e registro das demandas vinculadas ao controle de armas de fogo no âmbito das unidades da Polícia Federal em Pernambuco.

15.6. A presente contratação, portanto, insere-se no contexto de substituição da contratação emergencial atualmente vigente, buscando estabelecer solução definitiva por meio de processo licitatório regular, devidamente planejado e estruturado conforme as disposições da legislação vigente.

## **16. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

16.1. A presente contratação encontra-se devidamente alinhada com os instrumentos de planejamento institucional da Polícia Federal, em especial com o Plano de Contratações Anual (PCA) da unidade administrativa responsável pela contratação.

16.2. O objeto desta contratação está devidamente registrado no Plano de Contratações Anual da UASG 200398, sob o código no PGC /PCA nº 200398-83/2026, o qual contempla as demandas previstas para o exercício correspondente, em conformidade com os mecanismos de planejamento e governança das contratações públicas.

16.3. A inclusão da demanda no PCA decorre da necessidade institucional de garantir suporte administrativo às atividades relacionadas ao controle de armas de fogo no âmbito da Polícia Federal, especialmente após a ampliação das competências institucionais atribuídas à instituição pelo Decreto nº 11.615/2023, que transferiu para a Polícia Federal atribuições anteriormente exercidas pelo Exército Brasileiro relacionadas às atividades de Colecionadores, Atiradores e Caçadores – CACs.

16.4. A contratação também se encontra alinhada às diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da Polícia Federal, contribuindo para o fortalecimento da capacidade operacional da instituição, especialmente no que se refere à modernização e eficiência dos processos administrativos voltados ao controle e fiscalização de armas de fogo.

16.5. Ademais, a presente contratação observa as diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da Polícia Federal (PLS /PF), especialmente no que se refere à adoção de práticas administrativas voltadas à racionalização do uso de recursos públicos, à melhoria das condições de trabalho e à promoção de práticas sustentáveis na execução dos serviços contratados.

16.6. Nesse contexto, a contratação de serviços terceirizados de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra contribui para a otimização da alocação de recursos humanos da instituição, permitindo que os servidores policiais e administrativos concentrem sua atuação nas atividades finalísticas da Polícia Federal, enquanto atividades acessórias, instrumentais ou complementares são executadas por empresa especializada.

16.7. Dessa forma, verifica-se que a presente contratação encontra-se plenamente integrada aos instrumentos de planejamento institucional da Polícia Federal, atendendo às diretrizes de governança, eficiência administrativa e planejamento das contratações públicas.

## **17. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

17.1. A contratação dos serviços de digitação com dedicação exclusiva de mão de obra permitirá assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas relacionadas ao controle de armas de fogo no âmbito das unidades da Polícia Federal no Estado de Pernambuco.

17.2. Cumpre destacar que atualmente não existem, na estrutura de pessoal da Polícia Federal, cargos efetivos com atribuições específicas equivalentes às atividades de digitação ora demandadas, uma vez que o cargo de digitador foi colocado em extinção no âmbito da Administração Pública Federal, o que impede o aproveitamento de recursos humanos próprios para a execução dessas atividades.

17.3. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo mostra-se a alternativa mais adequada para suprir a necessidade operacional da Administração, garantindo a continuidade e regularidade das atividades de registro, processamento e inserção de informações nos sistemas institucionais.

17.4. A solução proposta permitirá que os servidores da Polícia Federal concentrem sua atuação nas atividades finalísticas e estratégicas da instituição, enquanto as atividades de natureza material, acessória ou instrumental serão executadas por profissionais contratados por empresa especializada, sob supervisão da Administração.

17.5. Ressalta-se que a execução dos serviços não demandará a disponibilização de recursos materiais ou financeiros adicionais pela Administração, além daqueles necessários ao pagamento mensal da fatura contratual, uma vez que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao desempenho das atividades já se encontra disponível nas unidades atendidas.

17.6. Entre os principais benefícios institucionais esperados com a contratação, destacam-se:

I – melhoria da eficiência administrativa no processamento das demandas relacionadas ao controle de armas de fogo;

II – redução do tempo de tramitação dos processos administrativos relacionados às atividades de Colecionadores, Atiradores e Caçadores – CACs;

III – maior organização e padronização das rotinas administrativas nas unidades da Polícia Federal;

IV – otimização da utilização dos recursos humanos da instituição, permitindo que os servidores públicos se dediquem prioritariamente às atividades finalísticas;

V – fortalecimento da capacidade institucional da Polícia Federal para absorver o aumento da demanda decorrente da ampliação de suas atribuições legais.

17.7. Ademais, a adequada execução dos serviços contribuirá para a manutenção de um ambiente de trabalho mais organizado e eficiente, refletindo positivamente no desempenho dos servidores e na qualidade do atendimento prestado aos usuários externos.

17.8. Como consequência, espera-se também a melhoria da percepção institucional da Polícia Federal perante a sociedade, em razão da maior eficiência na prestação dos serviços públicos relacionados ao controle de armas de fogo.

## **18. Providências a serem Adotadas**

18.1. Para a adequada implementação da solução proposta e para assegurar a correta execução dos serviços a serem contratados, será necessária a adoção de providências por parte da Administração e da futura empresa contratada, conforme descrito a seguir.

### **18.2. Providências a serem adotadas pela Administração (Contratante)**

18.2.1. Designação formal de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos da legislação aplicável, especialmente no que se refere ao acompanhamento da execução dos serviços e à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

18.2.2. Disponibilização da infraestrutura necessária à execução das atividades, incluindo estações de trabalho, acesso aos sistemas institucionais, mobiliário e demais recursos tecnológicos necessários à realização das atividades de digitação.

18.2.3. Definição e padronização dos fluxos de trabalho e dos procedimentos administrativos relacionados ao processamento das demandas vinculadas ao controle de armas de fogo, de forma a orientar a atuação dos profissionais terceirizados.

18.2.4. Realização de orientações e treinamentos periódicos destinados aos profissionais alocados na execução dos serviços, especialmente quanto à utilização dos sistemas institucionais, às rotinas administrativas e às normas de segurança da informação aplicáveis no âmbito da Polícia Federal.

18.2.5. Supervisão das atividades executadas pelos profissionais terceirizados, assegurando que as atividades desempenhadas permaneçam restritas às funções materiais, acessórias ou instrumentais, sem atribuição de poder decisório.

18.2.6. Adoção das medidas administrativas necessárias para garantir a continuidade dos serviços, incluindo eventual substituição de profissionais quando necessário e comunicação tempestiva à empresa contratada em casos de inconsistências ou falhas na execução.

### **18.3. Providências a serem adotadas pela futura Contratada**

18.3.1. Recrutamento, seleção e contratação de profissionais que atendam aos requisitos de qualificação definidos no Termo de Referência e na legislação aplicável.

18.3.2. Apresentação prévia dos profissionais selecionados para fins de verificação e validação pela Administração, incluindo a realização de eventuais procedimentos de investigação social, conforme normas internas da Polícia Federal.

18.3.3. Realização de treinamento inicial dos profissionais contratados, garantindo que possuam conhecimentos básicos necessários ao desempenho das atividades de digitação e organização de rotinas administrativas.

18.3.4. Garantia da substituição imediata de profissionais em casos de ausência, afastamento ou desligamento, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

18.3.5. Cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos profissionais empregados na execução do contrato.

18.3.6. Adoção de medidas voltadas à orientação dos trabalhadores quanto ao cumprimento das normas de segurança da informação, sigilo funcional e boas práticas administrativas no ambiente de trabalho.

18.4. A adoção das providências descritas permitirá a adequada implementação da solução proposta, garantindo que a prestação dos serviços ocorra de forma eficiente, segura e alinhada às necessidades institucionais da Polícia Federal.

## **19. Possíveis Impactos Ambientais**

19.1. Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, caracterizados como atividades de apoio administrativo desenvolvidas em ambiente interno e com baixo impacto ambiental direto, não se identificam impactos ambientais significativos decorrentes da execução do objeto desta contratação.

19.2. Ainda assim, a execução dos serviços deverá observar as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da Polícia Federal (PLS/PF), bem como as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente no que se refere à adoção de práticas voltadas à racionalização do uso de recursos naturais e à redução de desperdícios no ambiente de trabalho.

19.3. Nesse contexto, deverão ser incentivadas práticas administrativas que contribuam para a redução do consumo de recursos, tais como:

I – uso racional de energia elétrica nos equipamentos utilizados na execução das atividades;

II – utilização consciente de água nas instalações administrativas;

III – redução do consumo de papel e demais materiais de expediente, priorizando sempre que possível a utilização de processos digitais e sistemas informatizados;

IV – correta separação e destinação de resíduos recicláveis gerados nas atividades administrativas.

19.4. A empresa contratada deverá orientar seus colaboradores quanto à adoção de boas práticas ambientais no ambiente de trabalho, promovendo ações de conscientização relacionadas ao consumo responsável de recursos naturais e à adequada destinação de resíduos.

19.5. Ademais, os profissionais alocados na execução dos serviços deverão observar as orientações e programas institucionais de sustentabilidade eventualmente implementados pela Polícia Federal, contribuindo para o fortalecimento das políticas de gestão ambiental da instituição.

19.6. Dessa forma, embora a contratação não gere impactos ambientais relevantes, a observância das práticas de sustentabilidade mencionadas contribuirá para a promoção de uma gestão administrativa mais eficiente e ambientalmente responsável.



## **20. Enquadramento como serviço comum**

21.1. O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da legislação vigente.

21.2. As atividades a serem executadas consistem em serviços de apoio administrativo, especialmente relacionados à digitação, inserção e organização de dados em sistemas informatizados, tarefas que possuem rotinas operacionais padronizadas e amplamente conhecidas por empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados.

21.3. Trata-se de serviço amplamente ofertado no mercado, executado por diversas empresas do segmento de terceirização de mão de obra, não demandando soluções técnicas inovadoras ou metodologias exclusivas que possam restringir a competitividade do certame.

21.4. Dessa forma, considerando a natureza do objeto e a possibilidade de definição clara de seus requisitos técnicos e operacionais, a contratação mostra-se plenamente compatível com a utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, por se tratar de procedimento que privilegia a competitividade, a transparência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

21.5. Assim, a escolha do Pregão Eletrônico como modalidade de contratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e ampla concorrência, sendo o procedimento mais adequado para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **21. Vedação à subcontratação**

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

21.2. A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza dos serviços a serem executados, que envolvem a atuação de profissionais nas dependências da Polícia Federal e o acesso a sistemas institucionais utilizados no processamento de demandas relacionadas ao controle de armas de fogo.

21.3. A execução direta dos serviços pela empresa contratada é necessária para assegurar maior controle administrativo, segurança institucional e adequada supervisão das atividades desenvolvidas pelos profissionais alocados.

21.4. Ademais, a vedação à subcontratação contribui para garantir maior clareza na definição de responsabilidades contratuais, evitando a intermediação de terceiros na execução dos serviços e reduzindo riscos relacionados à gestão da mão de obra e ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

21.5. Dessa forma, considerando os aspectos operacionais, administrativos e de segurança institucional envolvidos na execução dos serviços, conclui-se pela inviabilidade técnica e administrativa da subcontratação.

## **22. Qualificação Técnica Operacional**

22.1. As exigências de qualificação técnico-operacional previstas no Termo de Referência foram definidas com fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, visando assegurar que a futura contratada possua aptidão efetiva para executar o objeto com qualidade, regularidade e segurança.

22.2. A contratação envolve prestação contínua de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, execução em múltiplas unidades e atuação em rotinas administrativas sensíveis relacionadas ao controle de armas de fogo, o que demanda capacidade comprovada de gestão de pessoal, reposição imediata de postos e controle de obrigações trabalhistas.

22.3. Ressalte-se que, em contratação anterior, houve rescisão contratual por inadimplemento da empresa ainda na fase inicial da execução, o que ocasionou significativo impacto administrativo e operacional, com risco de descontinuidade dos serviços e necessidade de adoção de medida emergencial para recomposição da força de trabalho. Tal experiência evidencia, de forma concreta, a importância de se exigir capacidade técnico-operacional compatível com a complexidade e criticidade do objeto.

22.4. Nesse contexto, a exigência de experiência mínima de 3 (três) anos mostra-se adequada e proporcional, pois busca assegurar que a licitante possua maturidade organizacional e histórico mínimo na execução de serviços contínuos de natureza semelhante. A previsão de somatório de atestados, sucessivos ou não, afasta qualquer restrição indevida à competitividade.

22.5. Do mesmo modo, a exigência de comprovação de execução de serviços envolvendo até 50% dos postos de trabalho está alinhada às orientações do TCU e incide sobre a parcela de maior relevância do objeto. O parâmetro adotado não exige identidade integral com o objeto, mas garante que a licitante detenha experiência compatível com a escala da contratação.

22.6. Tais requisitos são proporcionais, não impõem limitações temporais ou geográficas e admitem o somatório de atestados, preservando a competitividade do certame.

22.7. Dessa forma, as exigências estabelecidas mostram-se necessárias para mitigar riscos de inexecução, assegurar a continuidade do serviço e garantir maior segurança na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 23. Vedação a consórcios e cooperativas

**23.1. Consórcios.** Considerando que o objeto consiste em serviço comum, padronizável e de pequeno vulto relativo, conclui-se que a participação de consórcios mostra-se desproporcional à sua complexidade. Trata-se de contratação amplamente ofertada no mercado por empresas especializadas que atuam de forma individual, não havendo necessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras para sua execução. Ademais, a formação de consórcio não agregaria ganho relevante de eficiência ou competitividade ao certame. Ao contrário, tenderia a aumentar a complexidade administrativa, especialmente no tocante à gestão, fiscalização e responsabilização contratual, sem benefício correspondente para a Administração. Assim, mostra-se justificada a vedação à participação de consórcios.

**23.2. Cooperativas.** Também não se admite a participação de cooperativas, tendo em vista que o objeto será executado sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com exigência de pessoalidade, habitualidade e subordinação jurídica na prestação dos serviços. Tais características são incompatíveis com o modelo cooperativista, que pressupõe autonomia dos cooperados. A vedação encontra respaldo na Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual é irregular a participação de cooperativas em licitações quando a execução do objeto exigir vínculo de subordinação entre o trabalhador e o contratado. Dessa forma, a restrição visa resguardar a legalidade da contratação e prevenir riscos trabalhistas e contratuais para a Administração.

## 24. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Administrativo

**JULIANA SILVA DA CUNHA CAVALCANTI**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:18:23.*

Despacho: Integrante Requisitante

**CARLA AMARAL SASSON NEGREIROS**

Membro da comissão de contratação

Despacho: Integrante Técnico

**WAGNER FURTADO MENEZES**

Membro da comissão de contratação

## 25. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 25.1. Justificativa da Viabilidade

Benefícios diretos são aqueles já mencionados na própria justificativa de contratação.

Benefícios indiretos – O impacto para a sociedade por meio de um melhor atendimento, maior celeridade processual com o apoio dado dos colaboradores terceirizados.

Buscando sempre a prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, as adequações dos atuais serviços são as metas visadas pela administração das atividades meio e apoio operacional, o que não seria possível sem a contratação de serviços especializados terceirizados.

Esta contratação busca atingir os seguintes resultados:

- a) Garantir níveis satisfatórios de qualidade dos serviços prestados pela SR/PF/PE;
- b) Apoiar permanentemente as autoridades policiais da SR/PF/PE;
- c) Melhorar o atendimento aos usuários das instalações da Polícia Federal no Estado de Pernambuco com a qualidade necessária para promover e manter, no mais alto nível, o conceito e a imagem da Polícia Federal em Pernambuco.

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria GAB/SR/PF/PE nº xx/2025, **considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.**